

JANEIRO

Edição nº 1 – 2024

TIPO DE NORMA (Ordem de publicação)	EMENTA/NOTA	DADOS DA PUBLICAÇÃO
ATO Nº 1247 DE 21/12/2023 Presidência	NOTA: DELIBERAR, os períodos de permanência dos Magistrados que atuam como Coordenadores dos Polos de Audiência de Custódia no Estado, com duração de seis meses cada, tendo início o próximo rodízio em 01 de janeiro de 2024, até 30 de junho de 2024;	DJE Nº 01 DE 02/01/2024 p. 9-12
ATO Nº 1251 DE 22/12/2023 Presidência	Determina a instalação de Juizado Especial Itinerante Cível e das Relações de Consumo e Criminal, denominado "Juizado Itinerante do Torcedor", durante partidas de futebol, válidas pelo Campeonato Pernambucano de 2024, que se realizarão no Estádio Luiz José de Lacerda, "Lacerdão" na cidade de Caruaru-PE, e dá outras providências	DJE Nº 01 DE 02/01/2024 p. 4-5
INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 33 DE 22/12/2023 Presidência	Regulamenta a utilização do Sistema Eletrônico de Informações - SEI no Tribunal de Justiça de Pernambuco. O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO, Desembargador Luiz Carlos de Barros Figueirêdo, no uso das atribuições legais e regimentais, e com fulcro no que dispõem as Leis nº 9.099/95 e o inciso V do art. 56 da Lei Complementar nº 100, de 21/11/2007 - COJE	DJE Nº 01 DE 02/01/2024 p. 23-43
NOTA TÉCNICA CONJUNTA Nº. 1 Presidência. Coordenadoria Criminal. Coordenadoria da Infância	Interpretação do artigo 5º, III, da Portaria n. 19/2022 da Presidência do Tribunal de Justiça de Pernambuco - TJPE, com base nas normas que regem o processo penal, o processo infracional e o segredo de justiça, a fim de orientar a atuação das varas com competência em matéria de infância e juventude, das varas de crimes contra a criança e o adolescente e do Centro Especializado de Atenção e Apoio às Vítimas de Crimes e Atos Infracionais (CEAVida)	DJE Nº 01 DE 02/01/2024 p. 48-51
AVISO Nº 01/2024 Corregedoria Auxiliar Serviços Extrajudiciais	NOTA: Alertar as unidades dos Serviços Extrajudiciais de Notas e de Registro do Estado de Pernambuco que deverão informar se no período de 01 de julho a 31 de dezembro de 2023 houve operação ou proposta suspeita passível de comunicação ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras – COAF.	DJE Nº 06 DE 09/01/2024 p. 18
AVISO Nº 02/2024	NOTA: Alertar às Serventias Extrajudiciais do Estado de Pernambuco que devem alimentar semestralmente, até o dia 15	DJE Nº 06 DE 09/01/2024

Corregedoria Extrajudiciais	Auxiliar	Serviços	(quinze) dos meses de JANEIRO e JULHO, via Internet, o sistema "Justiça Aberta	p. 18	
ATO CONJUNTO Nº 01 DE 08/01/2024	Presidência.	Corregedoria Geral da Justiça	Dispõe sobre a prorrogação do Plano de Reestruturação da Governança Diferenciada dos Executivos Fiscais nas Comarcas de Paulista, Olinda e Camaragibe e Cabo de Santo Agostinho	DJE Nº 07 DE 10/01/2024 p. 5-6	
ATO Nº 34 DE 15/01/2024	Presidência		Inscrição para a vaga de desembargador substituto da mesa diretora	DJE Nº 11 DE 16/01/2024 p. 11-12	
AVISO Nº 03/2024	Corregedoria Extrajudiciais	Auxiliar	Serviços	NOTA: ALERTAR a todos e a todas titulares, interinos e interinas, interventores e interventoras das Serventias Extrajudiciais do Estado de Pernambuco que inexistirá falta funcional quando configurada a hipótese de remoção do acervo ou assunção de novas funções e esta não for efetivada dentro do prazo de 30 (trinta) dias.	DJE Nº 11 DE 16/01/2024 p. 19-20
PORTARIA Nº 01 DE 15/01/2024	Corregedoria Geral da Justiça		Determina o encaminhamento de ofício a todos os Tabelionatos de Protesto do Estado de Pernambuco e à CENPROT – Central Nacional de Serviços Eletrônicos dos Tabeliães de Protesto, no sentido de que, ocorrendo o recebimento de decisão judicial liminar determinando a ocultação de informações sobre protestos movidos contra pessoas físicas ou jurídicas inadimplentes, a Corregedoria-Geral da Justiça de Pernambuco seja, antes do seu cumprimento, previamente consultada.	DJE Nº 11 DE 16/01/2024 p. 18	
ATO Nº 36 DE 16/01/2024	Presidência		Declarar a vacância da Serventia Registral e Notarial de Cedro (CNS nº15.978-0)	DJE Nº 12 DE 17/01/2024 p. 4	
ATO CONJUNTO Nº 02 DE 16/01/2024	Presidência.	Corregedoria Geral da Justiça	Estabelece a mudança do 1º Colégio Recursal da Capital para a Sala 10 do Fórum Des. Benildes de Souza Ribeiro – Central dos Juizados Especiais da Capital, determina a atuação, em caráter excepcional, de magistrados, magistradas, servidores e servidoras do 1º Colégio Recursal da Capital, em regime de teletrabalho, de 19 de janeiro a 31 de março de 2024 e dá outras providências	DJE Nº 12 DE 17/01/2024 p. 5-6	
INSTRUÇÃO NORMATIVA CONJUNTA Nº 01/2024	Corregedoria Geral da Justiça.	Coordenadoria da Infância e Juventude	Altera a Instrução Normativa Conjunta n. 08/2023, que dispõe sobre fluxos de gestão processual a serem observados por magistrados e magistradas nas unidades judiciárias com competência em matéria de Infância e Juventude, procedimentos específicos para utilização do Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento – SNA e dá outras providências	DJE Nº 12 DE 17/01/2024 p. 13-15 REPUBLICADA DJE Nº17 DE 24/01/2024 p. 7-9	
PROVIMENTO Nº1 DE 16/01/2024	Corregedoria Geral da Justiça		Altera a redação dos artigos 1.713 E 1.727 do Código de Normas para os Serviços Notariais e Registrais do Estado de Pernambuco (Provimento CGJ/PE nº 11, de 12 de julho de 2023)	DJE Nº 12 DE 17/01/2024 p. 24-26	
PROVIMENTO Nº 02 DE 18/01/2024	Corregedoria Geral da Justiça		Altera a redação dos artigos 1.713 e 1.727 do Código de Normas para os serviços Notariais e Registrais do Estado de Pernambuco (Provimento CGJ/PE nº 11, de 12 de julho de 2023), e lhe acrescenta o art. 1.727-A ao Capítulo XVI, do Título VI	DJE Nº 14 DE 19/01/2024 p.21-22	

ATO Nº 413 DE 19/01/2024	NOTA: Alocação no Núcleo de Justiça 4.0 – Sistema Financeiro de Habitação – Seguro Habitacional (SFH), de 01 (uma) função gratificada de Assessor de Magistrado, sigla FGAM.	DJE Nº15 DE 22/01/2024 p. 4
INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 01 DE 22/01/2024	Revoga a Instrução Normativa Nº 02/2023 do TJPE e orienta a interpretação da Resolução 507/2023 do TJPE no tema relativo à realização dos cálculos de atualizações e retenções e ao processamento do pagamento das dívidas inscritas em precatório, no âmbito do Poder Judiciário do Estado de Pernambuco	DJE Nº16 DE 23 /01/2024 p. 14-15
INSTRUÇÃO NORMATIVA CONJUNTA Nº 01/2024	Altera a Instrução Normativa Conjunta n. 08/2023, que dispõe sobre fluxos de gestão processual a serem observados por magistrados e magistradas nas unidades judiciárias com competência em matéria de Infância e Juventude, procedimentos específicos para utilização do Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento – SNA e dá outras providências	DJE Nº17 DE 24 /01/2024 p. 7-9
ATO Nº 58 DE 24/01/2024	TORNA PÚBLICA a abertura de inscrições para promoção de 2ª para 3ª entrância e para remoção de 3ª entrância de juízes e de juízas, na conformidade dos editais relacionados no Anexo I deste Ato	DJE Nº18 DE 25 /01/2024 p. 11-13
PORTARIA Nº 01 DE 24/01/2024	Altera a Portaria nº 10/2023, que dispõe sobre o Comitê Gestor Local da Primeira Infância no âmbito do Tribunal de Justiça de Pernambuco e dá outras providências.	DJE Nº18 DE 25 /01/2024 p. 13-14
PORTARIA Nº 01/2024	Dispõe sobre a instalação e o funcionamento de Comitês Intersetoriais Regionais da Primeira Infância, no âmbito do Tribunal de Justiça de Pernambuco e dá outras providências	DJE Nº19 DE 26 /01/2024 p. 407-410
RECOMENDAÇÃO Nº 01 DE 26/01/2024	NOTA: Recomendar a todos os magistrados e a todas as magistradas do Estado de Pernambuco a observância da Tese Firmada julgamento do Tema nº 1.150 do STJ	DJE Nº20 DE 29 /01/2024 p. 20-21
ATO Nº63 DE 26/01/2024	Determina a instalação de Juizado Especial Itinerante Cível e das Relações de Consumo e Criminal, denominado " Juizado Itinerante do Torcedor ", durante partidas de futebol, válidas pelo Campeonato Pernambucano de 2024, que se realizarão no Estádio Luiz José de Lacerda, "Lacerdão" na cidade de Caruaru-PE, e dá outras providências;	DJE Nº20 DE 29 /01/2024 p. 4-6

Para ter acesso às normas, acesse também o Sinos (Sistema de Normas do TJPE) neste endereço: <https://www.tjpe.jus.br/publicacoes/normas-internas>